



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.290 – Brasília, quinta-feira, 19 de agosto de 2010



Waldemir Barreto/Senado Federal

Valter Pereira (D) entrega ao ministro Luiz Paulo Barreto cópia do projeto em exame no Senado

Relator solicita a vários órgãos sugestões sobre reforma do CPC

Com o objetivo de colher sugestões para orientar seu parecer sobre o projeto de reforma do Código de Processo Civil, Valter Pereira visitou ontem o Superior Tribunal de Justiça, a Advocacia-Geral da

União, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério da Justiça. Segundo o senador, a reformulação do CPC "precisa ser legitimada por uma ampla discussão entre os principais operadores do Direito". 3

Comissão faz debates no país para mudar Código Eleitoral

Grupo de juristas criado pelo Senado para elaborar anteprojeto de reforma do código decide promover audiências públicas em nove capitais nas cinco regiões do país

A comissão aprovou ontem a realização de audiências públicas nas diversas regiões do país, entre agosto e novembro. O primeiro debate está marcado para o Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto. As audiências se destinam a colher sugestões de especialistas do meio jurídico, dos partidos políticos e de outras entidades da sociedade civil. Também foi

aprovado o texto que norteará as discussões nos estados sobre direito penal eleitoral e processo penal eleitoral. O colegiado definiu ainda que deverão ser estabelecidos tipos penais específicos na legislação eleitoral, conforme informou o presidente da comissão, ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). 3

Câmara suspende esforço concentrado de votações

A invasão da Câmara por policiais militares, bombeiros e agentes penitenciários levou o presidente da Casa, Michel Temer, a cancelar a reunião do Plenário. Três propostas de emenda à Constituição que interessam às categorias continuam em pauta. 2

Ficha Limpa: senadores aplaudem decisão do TSE

A decisão do TSE de aplicar a Lei da Ficha Limpa já nas eleições gerais deste ano repercutiu entre os senadores. Cristovam Buarque, Valter Pereira, Alvaro Dias e Níura Demarchi destacaram a importância da medida. 3

Do Caburá ao Chuí

Senador apresenta dados do IBGE para atualizar a expressão "do Oiapoque ao Chuí"



» O Monte Caburá está localizado no município roraimense de Uiramutã

Monte Caburá é o verdadeiro extremo norte, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti afirmou que a expressão "do Oiapoque ao Chuí" precisa ser atualizada. Segundo ele, é o Monte Caburá, localizado em Roraima, que representa o extremo norte do Brasil, e não Oiapoque, no Amapá. 4

Parlamentares analisam a liberação de R\$ 500 mil para cada família e a concessão de bolsa-educação de R\$ 510 mensais aos dependentes

Congresso vota auxílio a famílias de militares mortos no Haiti

A LIBERAÇÃO DO auxílio especial de R\$ 500 mil à família de cada um dos 18 militares brasileiros mortos no terremoto no Haiti em janeiro e a concessão de bolsa-educação de até R\$ 510 mensais para custear os estudos dos dependentes deverão ser votadas na próxima reunião do Congresso Nacional.

O projeto do Congresso (PLN 41/10) que prevê a liberação de R\$ 9,1 milhões para o Ministério da Defesa atender as famílias dos militares mortos está na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Em junho, a Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto (PLC 4/10) instituindo o auxílio especial a ser dividido entre os dependentes e a bolsa especial para custear as despesas dos dependentes com educação. A proposta foi sancionada e transformada na Lei 12.257/10. No entanto, para a liberação dos recursos, o Congresso tem que votar os créditos.

São dependentes dos militares: cônjuge; companheira designada ou que comprove união estável; filhos e menor sob guarda ou tutela até os 21 anos ou até 24 anos se estudante em curso



Base aérea de Porto Príncipe, no Haiti: militares brasileiros participam de cerimônia fúnebre dos colegas mortos no terremoto

de nível superior; e ainda filhos inválidos, desde que a invalidez seja anterior à maioridade.

Do grupo de militares mortos no Haiti faziam parte João Eliseu Souza Zanin, Emílio Carlos Torres dos Santos, Marcus Vinicius Ma-

cedo Cysneiros, Francisco Adolfo Vianna Martins Filho, Márcio Guimarães Martins, Bruno Ribeiro Mário, Raniel Batista de Camargo, Davi Ramos de Lima, Leonardo de Castro Carvalho, Rodrigo de Souza Lima, Ari Dir-

ceu Fernandes Júnior, Douglas Pedrotti Neckel, Washington Luis de Souza Seraphin, Antonio José Anacleto; Felipe Gonçalves Júlio, Kleber da Silva Santos, Rodrigo Augusto da Silva e Tiago Anaya Detimermani.



Manifestantes cobravam aprovação de propostas de interesse dos policiais durante o esforço concentrado da Câmara

Invadida por policiais, Câmara desmarca sessão

A sessão ordinária do Plenário da Câmara dos Deputados prevista para a tarde de ontem foi cancelada devido à invasão do Salão Verde por policiais. A Agência Câmara informou que o cancelamento foi decidido pelo presidente da Casa, Michel Temer, em comum acordo com as lideranças partidárias, para impedir ações violentas contra os servidores ou os parlamentares.

Policiais militares, bombeiros e agentes penitenciários ocuparam o local desde a noite de terça-feira até ontem à tarde. Eles reivindicavam a votação das propostas de emenda constitu-

cional (PECs) 446/09 e 300/08, que padronizam o piso salarial nacional dessas carreiras; e da 308/04, que regulamenta a carreira dos servidores da área penitenciária (inspetores e agentes) e cria a polícia penal.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que a atitude dos policiais prejudicou a negociação. "Não vai ser na marra que os deputados votarão essa matéria. Ninguém vai se acovardar", afirmou Vaccarezza, de acordo com notícia da Agência Brasil.

Outros dois motivos para a desistência da sessão seriam a falta de acordo entre os líderes

e o baixo número de deputados em Brasília.

Na Câmara, a pauta continua trancada por quatro medidas provisórias (MPs 487/10 a 490/10) e também inclui outros projetos, como o de criação do Fundo Social do pré-sal (PL 5.940/09).

Já votada na Câmara em primeiro turno, a PEC 446/09 será examinada depois pelos senadores, também em dois turnos. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou ao Plenário, na terça-feira, que pedirá urgência na votação da proposta de emenda constitucional quando ela chegar ao Senado.

Cristovam vê caos na saúde pública do Distrito Federal

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem a gestão da saúde pública no Distrito Federal. Para ele, é inadmissível que na capital federal, que já foi referência no atendimento primário, milhares de pessoas esperam de procedimentos simples, e hospitais estejam desativados por infraestrutura inadequada.

Cristovam disse que, quando funcionou no DF o progra-



Cristovam Buarque

ma Saúde em Casa, cada quadra ou bairro era atendido por uma equipe especializada. Assim, não havia necessidade de procura pelos hospitais em busca do atendimento primário.

Quando fizemos isso aqui em grande escala, os hospitais passaram a ter leitos sobrando. Mas, hoje, o que vemos é um sistema de saúde falido na própria capital da República.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

14h Sem a votação de projetos, a sessão não deliberativa destina-se a debates de senadores e comunicados da Mesa diretora.

Campanha Voto consciente

16h O Senado Federal lança hoje a campanha "Seu voto faz o Congresso Nacional". O objetivo é conscientizar o eleitor sobre a importância do voto para a composição do Poder Legislativo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



A decisão do tribunal foi perfeita, avaliou o senador Alvaro Dias

Senadores elogiam decisão do TSE sobre Ficha Limpa

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de aplicar a Lei da Ficha Limpa já nas eleições gerais deste ano foi bem recebida por vários senadores. A decisão foi tomada na terça-feira.

Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que, como senador, não poderia dar sua opinião, por acreditar que os políticos devem simplesmente seguir as decisões dos juízes. Como cidadão, no entanto, Cristovam elogiou a decisão.

– Como político, não vou emitir parecer sobre decisão da Justiça. Não dou opinião sobre o que os juízes decidem; devem ter pensado e argumentado muito. A decisão do tribunal é para ser cumprida. Como cidadão, fico satisfeito.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS), por sua vez, considerou a decisão correta. Em sua opinião, a lei deve mesmo valer para as eleições deste ano. Ele chamou atenção para a importância do papel da sociedade nas eleições, ressaltando que o eleitor deve conhecer a origem dos políticos e sua conduta para votar conscientemente.

A senadora Niura Demarchi (PSDB-SC) também concordou que a aplicação da Lei da Ficha Limpa vai levar o cidadão a se manter atento na hora de escolher os seus representantes.

Niura lembrou a grande mobilização social pela aprovação do projeto da Ficha Limpa, dizendo que aquela foi uma maneira que a sociedade encontrou de clamar por melhorias na política, oportunidade que, em sua opinião, deveria ser aproveitada para discutir também a reforma política.

O vice-líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), também elogiou a decisão do TSE e comentou que a lei precisa ser aplicada com o máximo rigor, para que a população brasileira tenha a certeza de que o processo eleitoral será legítimo.

– A decisão do TSE foi perfeita. Não pode haver recuo, o TSE deverá convalidar todas as decisões dos tribunais regionais que inviabilizaram as candidaturas de quem tem condenação judicial. Isso é fundamental para que a lei não caia em descrédito – disse Alvaro Dias.

Os debates, que se iniciam no dia 30, devem colher sugestões de especialistas, partidos e entidades da sociedade civil sobre a reforma da legislação

Comissão do Código Eleitoral fará audiências em nove capitais

A COMISSÃO DE juristas criada pelo Senado para elaborar anteprojeto de reforma do Código Eleitoral aprovou ontem a realização de audiências públicas em nove capitais nas cinco regiões do país, entre agosto e novembro. O primeiro debate está marcado para o Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto.

As audiências se destinam a colher sugestões de especialistas do meio jurídico, dos partidos políticos e de outras entidades da sociedade civil. Também foi aprovado o texto que norteará as discussões nos estados sobre direito penal eleitoral e processo penal eleitoral.

Ao debater a amplitude do direito penal eleitoral, ficou definido pelo colegiado que

deverão ser estabelecidos tipos penais específicos na legislação eleitoral, conforme informou o presidente da comissão, ministro José Antonio Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Tecnologias

O uso de novas tecnologias no processo eleitoral foi outro importante ponto de discussão listado por Toffoli. Na sua avaliação, é preciso estabelecer conceitos mais objetivos e claros sobre a natureza jurídica de recursos tecnológicos, como a internet, quando aplicados na esfera eleitoral.

– Não é que não exista lei. Existe lei sobre a internet no processo eleitoral, mas é necessário aperfeiçoar esses conceitos

– observou o ministro.

Toffoli assegurou que o anteprojeto de reforma do Código Eleitoral será entregue no final do ano. Depois, uma comissão especial formada por 11 senadores analisará a proposta. A votação da proposta ficará para a próxima legislatura.

A comissão volta a se reunir na próxima quarta-feira, para analisar sugestões sobre o procedimento processual eleitoral e a organização da Justiça Eleitoral.

As demais audiências serão realizadas em Belo Horizonte, Recife, Florianópolis, São Paulo, Salvador, Cuiabá e Belém. O ciclo de debates deverá ser encerrado em Brasília, no dia 30 de novembro.



Segundo o ministro José Antonio Toffoli, o texto deverá ser entregue até o final do ano

Campanha

O Senado lança hoje, às 16h, campanha visando conscientizar o eleitor sobre a importância do voto para a composição do Legislativo. A expectativa é que os anúncios ajudem a aproximar o eleitorado do trabalho feito no Congresso Nacional.

A campanha, em parceria com a Câmara, foi autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que reconheceu a importância da iniciativa na “tarefa de educar e orientar o cidadão para o voto consciente”.

Valter Pereira pede sugestões de autoridades sobre CPC

O relator do projeto do novo Código de Processo Civil (CPC), senador Valter Pereira (PMDB-MS), visitou ontem autoridades para pedir sugestões. Ele foi recebido em audiências pelo vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Pargendler; pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; e pelo ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

Todas essas autoridades receberam de Valter Pereira cópias do anteprojeto do novo CPC e do plano de trabalho da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil. A partir de agora, órgãos técnicos dessas instituições ficarão encarregadas de apresentar sugestões ao projeto do novo código.

No Ministério da Justiça, o senador disse que o objetivo dessas visitas é “instigar as autoridades judiciárias no sentido de iniciar uma grande discussão sobre o projeto do



Luiz Paulo Barreto, ministro da Justiça, recebe o relator do novo Código de Processo Civil, Valter Pereira (ambos ao centro)

novo CPC”. Para Valter Pereira, essa reformulação do código “precisa ser legitimada por uma ampla discussão entre os principais operadores do Direito”. De acordo com o senador, o projeto é “consistente e moderno” e fará com que os processos judiciais tenham mais celeridade, para que o

cidadão tenha o atendimento adequado.

Por sua vez, o ministro da Justiça elogiou a iniciativa de Valter Pereira de ampliar o debate sobre o CPC. Ele explicou que a Secretaria de Assuntos Legislativos do ministério vai estudar o texto do projeto e, até o final do mês, sugestões

devem ser apresentadas ao Senado.

– É um código complexo e longo, e alguns pontos ainda podem ser aperfeiçoados e corrigidos – disse o ministro.

De acordo com o cronograma da comissão, a votação do relatório de Valter Pereira será realizada em dezembro.

Pesquisa mostra que paraguaios rejeitam Venezuela no Mercosul

Estimulado por senadores brasileiros durante a última sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, o ingresso definitivo da Venezuela no bloco econômico pode enfrentar agora um novo obstáculo. Foi divulgada na terça-feira, em Assunção, pesquisa de opinião feita pela consultoria Ati Snead segundo a qual 47,4% dos paraguaios não querem a Venezuela como membro pleno do Mercosul.

De acordo com a pesquisa, apenas 27,7% apoiam a participação dos venezuelanos no bloco, enquanto 24,9% não responderam à pergunta. A di-

vulgação do resultado ocorre no momento em que o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, avalia o reenvio ao parlamento de seu país do Protocolo de Adesão da Venezuela, retirado do Legislativo há um ano por causa do risco de rejeição da proposta pelos parlamentares.

O protocolo já foi aprovado pelos congressos de Argentina, Brasil e Uruguai – os três outros membros permanentes do Mercosul. No caso do Brasil, depois de um longo debate, em que parlamentares da oposição apontaram as ameaças à democracia na Venezuela como argumento contra o ingresso do país

no bloco. Mas o protocolo só poderá entrar em vigor depois de ser ratificado também pelo congresso paraguaio.

– Com a opinião pública contrária, no Paraguai, haverá mais dificuldade no debate sobre a adesão da Venezuela – admitiu o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), ex-presidente do Parlamento do Mercosul e defensor do ingresso do novo sócio.

Durante a última sessão do Parlasul, no início de agosto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que acabara de ser eleito presidente do órgão, defendeu a entrada da Venezuela no bloco. A adesão desse país – e

a consequente participação de parlamentares venezuelanos no Parlasul, com direito a voz e a voto – tornaria mais fácil, a seu ver, a adoção do chamado critério de representação cidadã, que permitirá garantir maior número de vagas no parlamento aos países com maiores populações.

Até o momento, a aprovação desse critério esbarrou na resistência de outros países do bloco ao peso do Brasil em futuras votações do parlamento. O ingresso da Venezuela facilitaria a adoção do critério de proporcionalidade, por reduzir o poder da influência brasileira.

Níura alerta para efeitos de redução na jornada de trabalho

A senadora Níura Demarchi (PSDB-SC) advertiu que pode ser prejudicial ao país a adoção das medidas previstas na proposta de emenda à Constituição (PEC 231/05) que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem perda salarial, e aumenta a hora extra de 50% para 75% sobre a hora trabalhada.

Apesar da expectativa de que a redução da jornada de trabalho leve ao aumento da oferta de empregos, a senadora observou que a criação de novas vagas de trabalho não depende só disso.

– Instituir uma lei que irá gerar aumento de custo significa, por outro lado, que haverá recuo na competitividade e, consequentemente, o enxugamento de quadros profissionais, contrariando exatamente a boa intenção desse projeto original, especialmente nas



Níura Demarchi aponta aumento de custo e menor competitividade

micro e pequenas empresas – afirmou.

Para Níura Demarchi, a proposta – em vez de atualizar a legislação trabalhista, aumentar a competitividade e estimular investimentos em ciência, tecnologia, infraestrutura e qualificação profissional – engessa ainda mais o aparato legal histórico que rege as relações de trabalho no Brasil.

Jorge Yanai quer investimento no transporte aquaviário

Os rios são as mais baratas, naturais e eficientes vias para escoamento da produção agrícola do interior e não há meio de transportar cargas pesadas que seja menos custoso e com menor impacto ambiental, ressaltou em Plenário o senador Jorge Yanai (DEM-MT).

Apesar de oferecer padrões “incomparáveis” de sustentabilidade ambiental e operacional, acrescentou, o transporte de cargas em rios ainda se encontra abaixo do esperado no país. Yanai prometeu lutar para ampliar esse modal de transporte, dotando-o de condições necessárias para sua utilização em larga escala.

O parlamentar lembrou que, em maio deste ano, o presidente Lula sancionou a Lei 12.247/10, que inclui no sistema hidroviário nacional as hidrovias dos rios Teles Pires e



Senador promete lutar pela ampliação desse transporte no país

Juruena, além de redefinir e ampliar os limites de navegação do rio Tapajós.

A medida, na opinião do senador, atende a antiga reivindicação do povo mato-grossense, que luta agora para prover de infraestrutura necessária ao transporte de cargas essas vias fluviais, adjacentes a áreas de grande produção agrícola.

Selma Elias pede aprovação de empréstimo para Santa Catarina

A senadora Selma Elias (PMDB-SC) pediu o apoio dos líderes partidários para a aprovação de um empréstimo de US\$ 90 milhões do Banco Mundial para o estado de Santa Catarina. O dinheiro será usado para o financiamento de projeto de desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas.

Selma Elias disse que o projeto, que ainda está sendo analisado pelos órgãos governamentais, poderá ser votado pelo Senado no esforço concentrado previsto para a semana que vem.

O objetivo do programa é buscar alternativas sustentáveis de desenvolvimento, tendo como referência de planejamento e de intervenção as microbacias hidrográficas, investindo na recuperação da qualidade da água em comunidades rurais, na conservação



Selma Elias diz que projeto poderá ser votado na semana que vem

do solo, na recomposição da cobertura vegetal nativa e em ações de infraestrutura com pequenos açudes e poços. De acordo com o projeto, 150 mil famílias serão beneficiadas.

– Não acabamos com o êxodo rural por decretos ou leis, mas, sim, por melhorar as condições de vida no campo, para que as pessoas queiram ficar lá por livre vontade.

Senador apresenta em Plenário documento do IBGE que confirma como ponto extremo ao norte do país a nascente do rio Ailã, no Monte Caburá, em Roraima

Mozarildo corrige expressão “do Oiapoque ao Chuí”

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) disse ontem que a expressão “do Oiapoque ao Chuí”, relativa aos pontos extremos do Brasil ao norte e ao sul, está desatualizada. Ele afirmou que o ponto extremo ao Norte é o Monte Caburá, no seu estado. O senador comunicou o envio de ofício por seu gabinete à Sky, TV por assinatura, solicitando a correção de anúncio que menciona o Oiapoque como ponto extremo ao Norte.

Mozarildo apresentou documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmando como ponto extremo setentrional do país a



Mozarildo: veículos continuam a usar “expressão geográfica ultrapassada”

nascente do rio Ailã, no Monte Caburá, em Roraima, na fronteira com a Guiana.

O senador disse que, para os

roraimenses, “é tristeza” constatar que importantes veículos de comunicação no país continuam usando essa “expressão geográfica ultrapassada”.

Maçonaria

Mozarildo fez um convite a todos os parlamentares para participarem, amanhã, da 11ª sessão de homenagem à Maçonaria, que será realizada às 9h, no Plenário do Senado.

O senador comentou ainda matéria publicada ontem na imprensa de seu estado sobre irregularidades como o uso indevido da máquina pública na campanha eleitoral.



Monte Caburá, em Roraima, na fronteira com a Guiana, é o ponto extremo setentrional do país, conforme senador

Meurer destaca importância do Censo 2010

O senador Belini Meurer (PT-SC) conclamou os brasileiros a atender os recenseadores do IBGE, ponderando que as estatísticas do Censo 2010 serão importantes para a definição de políticas públicas. Lamentou que, no caso do seu estado, Santa Catarina, tenham ocorrido problemas nos primeiros dias,

inclusive atraso na distribuição de coletes usados pelos recenseadores.

Nas duas primeiras semanas do censo, informou Meurer, 17% dos lares do país foram visitados pelos recenseadores. O estado mais avançado no andamento da pesquisa é Rondônia, que já teve 28% do trabalho realizado, segui-

do de Sergipe (27%), Ceará (25%) e Mato Grosso do Sul (22%).

O senador, que assumiu recentemente o mandato, também disse ter ficado impressionado com a quantidade e a qualidade dos livros produzidos pelo Senado, especialmente sobre História, Economia e Direito.

Cavalcanti lamenta baixa escolaridade do eleitorado

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lamentou os resultados de levantamento do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba junto aos eleitores do estado: 11,4% deles são analfabetos, 27,8% são analfabetos funcionais e 30% não têm o primeiro grau completo.

As consequências desses índices são “escolhas políticas carentes de discernimento, dependência do poder público e de suas políticas assistencialistas, incapacidade de inserção no mercado formal de trabalho e baixo nível de remuneração”, resumiu.



Roberto Cavalcanti teme efeitos políticos e econômicos

Alvaro aponta “carnavalização do pré-sal”

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que há “uma carnavalização do pré-sal” por parte do governo, o que vem causando preocupação até nos grupos técnicos da estatal. Ele citou opiniões manifestadas pelo engenheiro Newton Reis Monteiro, ex-servidor da Petrobras e, de 2001 a 2008, integrante do corpo técnico da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O engenheiro, segundo o senador, alertou que o Brasil corre o risco de perder a autossuficiência petrolífera em 10 anos. Também apontou a perda de “grande parte do pessoal especializado” nos últimos anos e o fato de metade dos funcionários ter no máximo cinco anos de experiência.

Gurgacz chama a atenção para incêndios em RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou ontem para os incêndios nas florestas de seu estado. Ele disse que a fumaça causa problemas de saúde e aumenta o número de acidentes nas rodovias. O senador assinalou que, há alguns anos, o problema vinha de queimadas irregulares, mas agora, garantiu, a seca é a grande responsável.

– Com a vegetação tão seca, pequenos focos de incêndios acidentais ganham proporções assustadoras. Eu pude perceber pessoalmente isso – contou o parlamentar.



Gurgacz: vegetação seca é responsável por incêndio